PREFEITURA DE
SUZANO

Projeto - LDO
Lei de Diretrizes Orçamentárias
2024

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 165 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

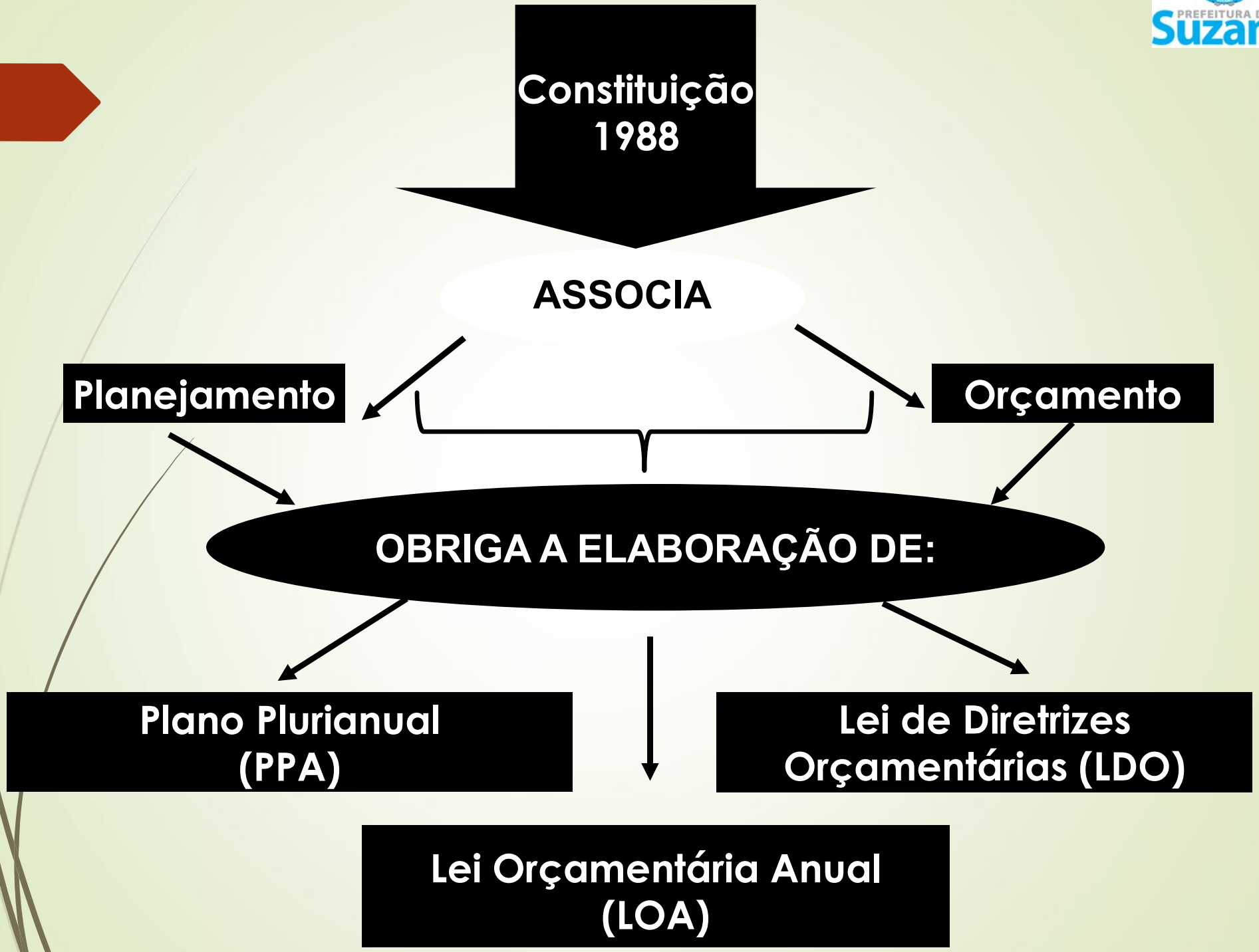
I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

(...)

§ 2.º ***A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública***, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.


Constituição 1988
ASSOCIA
Planejamento
Orçamento
OBRIGA A ELABORAÇÃO DE:
Plano Plurianual (PPA)
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
Lei Orçamentária Anual (LOA)

Planejamento-Setor Público Brasileiro

PPA (Quadrienal)

- Estabelece objetivos
- Indicadores e Metas
- Despesas de Capital e de custeio
- Despesas Continuadas

LDO (Anual)

- Diretrizes e Prioridades
- Anexo Metas Fiscais
- Anexo de Riscos Fiscais
- Critérios Limitação de Empenho

LOA (Anual)

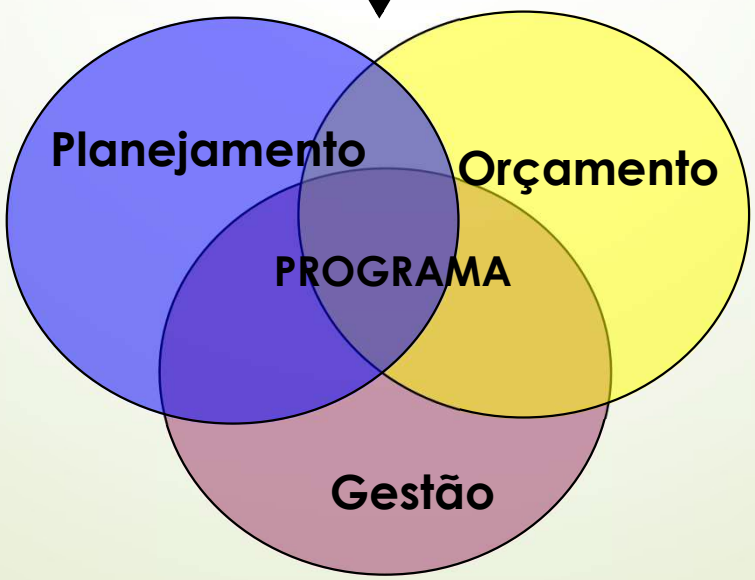
- Detalhamento da Receita
- Detalhamento da Despesa
- Referência para o cronograma mensal de desembolso e previsão bimestral da receita
- Receita Prevista e Despesa Fixada

Planejamento-Setor Público Brasileiro

PPA — PLANEJAR

LDO — ORIENTAR

LOA — EXECUTAR



Prazos das Peças Orçamentárias

De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, os prazos para entrega dos projetos das Leis Orçamentárias são as seguintes:

PPA: 15 de agosto do primeiro ano de mandato

LDO: 30 de abril, anualmente; e

LOA: 30 de Setembro, anualmente.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Com o advento da LRF em maio/2000, a LDO recebe novas e importantes funções, sendo as mais importantes:

❖Estabelecimento de metas e acompanhamento de riscos fiscais com o objetivo de prevenir situações que possam levar ao desequilíbrio das contas públicas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida municipal;

❖ Equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas;

❖ Estabelecer limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado. (estudo de impacto)

Critérios para limitação de empenho, no caso de frustração da arrecadação que possa levar o desequilíbrio nas contas

As despesas do município deverão ser tratadas com extrema cautela atualizando-se as suas previsões de receita e promovendo bloqueio nas despesas discricionárias que não possuem cobertura.

PRODUTO INTERNO BRUTO

PIB é a sigla para **Produto Interno Bruto**, e representa a soma, em valores monetários, de **todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região**, durante um determinado período.

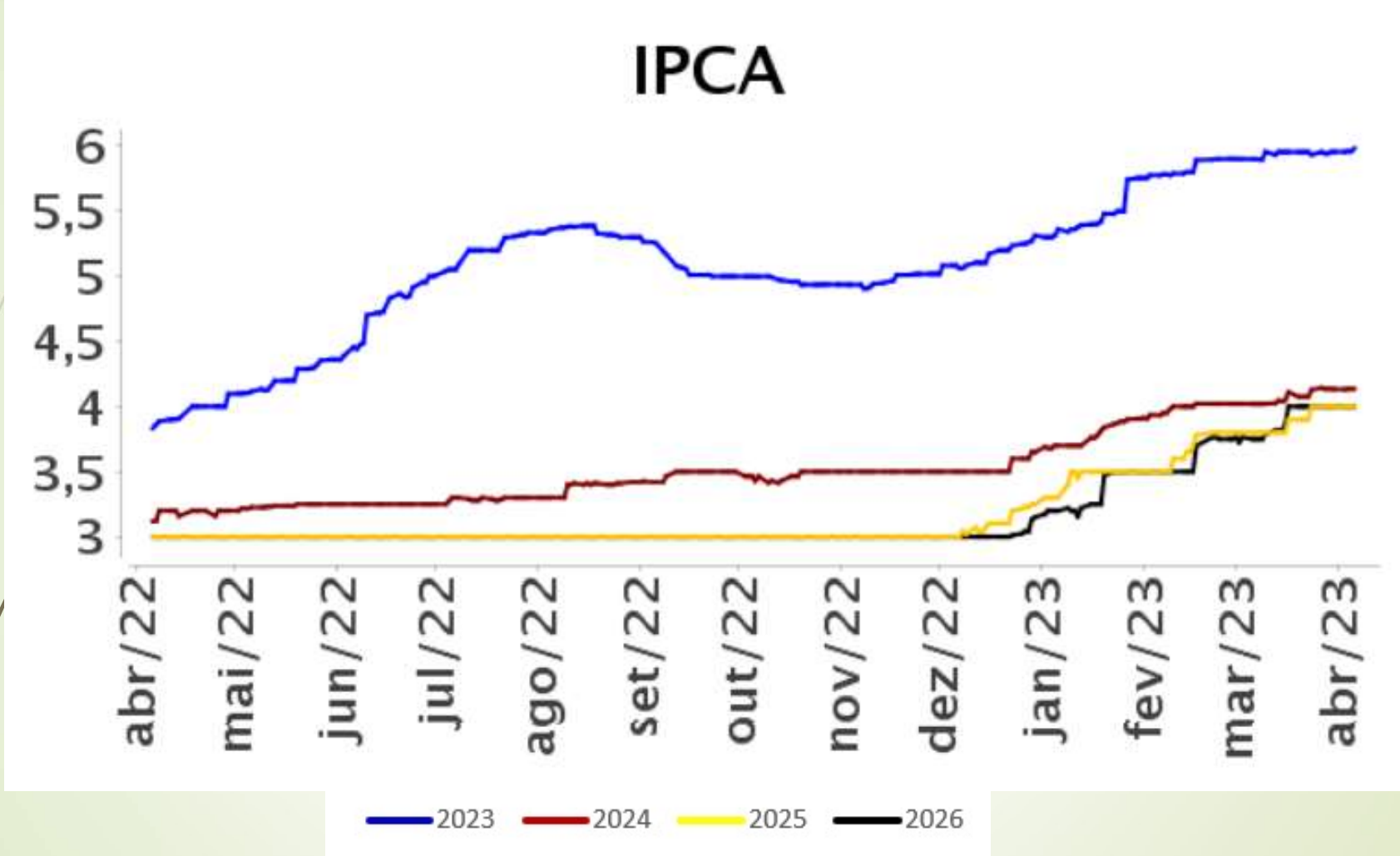
O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários.

Fonte: Banco Central e Boletim Focus de 31 de Março de 2.023.

CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário externo é preocupante com uma inflação irrefreável e previsões de recessão. O Banco Central não vê no momento abertura para redução da taxa de juros com a projeção da inflação chegando a quase 6% em 2023.

Expectativa de Mercado sobre a Inflação



Fonte: Banco Central e Boletim Focus de 10 de Abril de 2.023.

LDO 2024

Parâmetros Macroeconômicos						
Variáveis	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**
PIB (crescimento real % a.a)	4,60	2,90	0,90	1,48	1,80	1,80
Inflação Média - IPCA (% a.a)	10,06	5,79	5,96	4,13	4,00	4,00
Taxa real de juros (média % a.a)	9,25	13,65	12,75	10,00	9,00	8,75
Câmbio (R$/US$ - final de ano)	5,56	5,28	5,25	5,30	5,30	5,40
Fonte: BCB- Boletim Focus 31/03/2023						

Anexo de Riscos Fiscais

Cabe ao Anexo de Riscos Fiscais da LDO a importante função de identificar, mensurar e apresentar a decisão estratégica para enfrentar o risco de não cumprimento das metas fiscais ao longo do ano. ou seja, estimar o grau de tolerância das contas públicas frente ao risco.

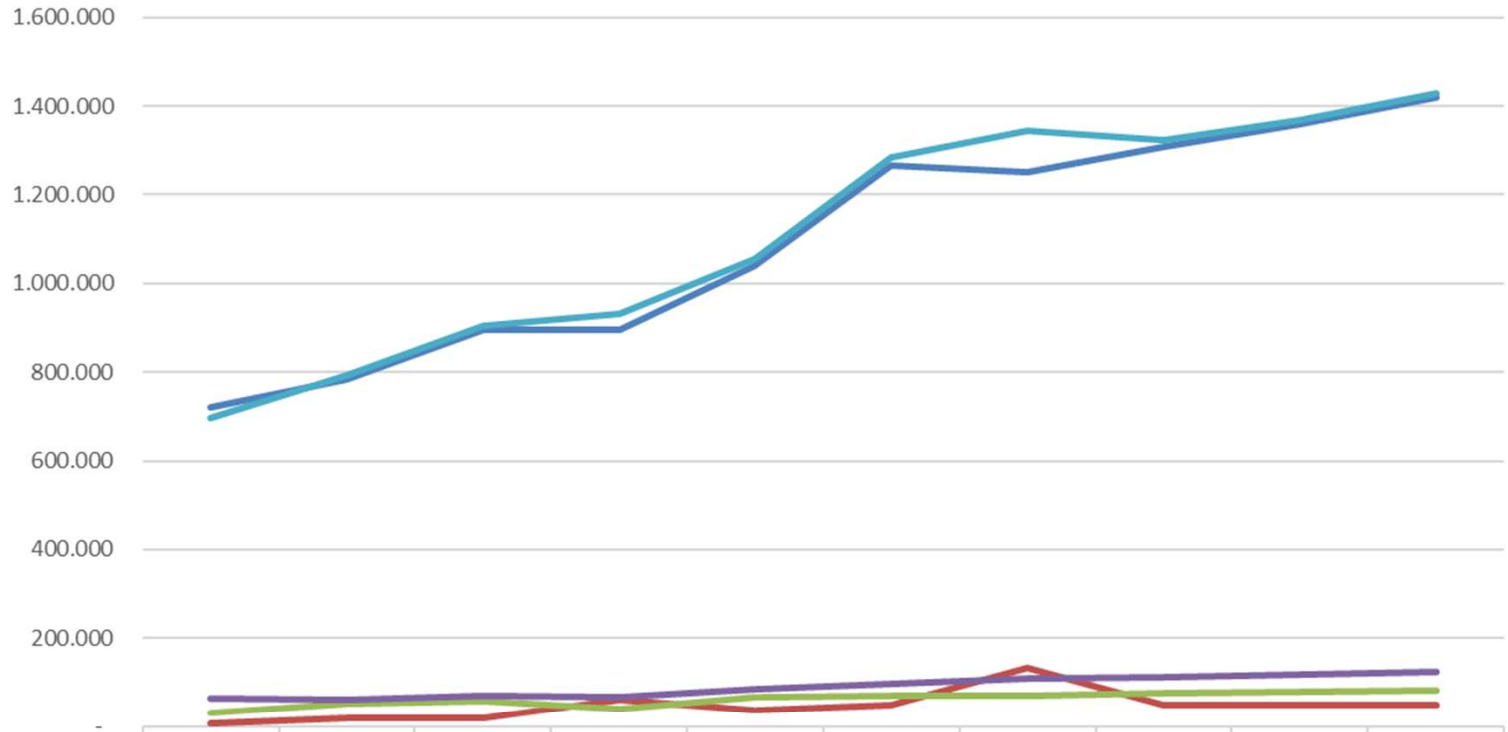
Nesse sentido, o anexo define medidas para o enfrentamento da exposição das contas públicas, tais como, limitações de empenho, abertura de créditos adicionais, etc.

Anexo de Riscos Fiscais

ARF (LRF, art 4o, § 3o)

PASSIVO CONTINGENTE			
RISCOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação das Receitas de Capital	35.000.000	Limitação de Empenhos	35.000.000,00
Sentenças Judiciais	500.000	Reserva de Contingência	500.000,00
Assunção de Passivos	200.000	Reserva de Contingência	200.000,00
Restituições de Depósitos Judiciais referentes à Lei Complementar nº 151/2015	500.000	Reserva de Contingência	500.000,00
Frustração de Arrecadação de Receitas Correntes	20.000.000	Limitação de Empenho	20.000.000,00
Precatórios	500.000	Reserva de Contingência	500.000,00
Requisições de Pequenos Valores	150.000	Reserva de Contingência	150.000,00
SUBTOTAL	56.850.000,00	SUBTOTAL	56.850.000,00
TOTAL	56.850.000,00	TOTAL	56.850.000,00

Evolução da Receita



	Arrecadado 2017	Arrecadado 2018	Arrecadado 2019	Arrecadado 2020	Arrecadado 2021	Arrecadado 2022	Previsão 2023	Previsão 2024	Previsão 2025	Previsão 2026
RECEITAS CORRENTES	721.185	783.949	896.924	896.778	1.039.121	1.265.415	1.250.901	1.309.542	1.360.124	1.420.915
RECEITAS DE CAPITAL	6.986	18.238	18.958	60.548	35.707	47.899	133.656	50.000	48.000	50.000
RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS	31.163	52.349	57.275	40.113	66.874	68.387	71.000	74.550	78.278	82.974
DEDUÇÕES DE RECEITAS	62.845	62.098	69.855	65.916	85.403	97.077	110.095	111.883	118.065	124.766
TOTAL	696.490	792.438	903.302	931.522	1.056.299	1.284.624	1.345.462	1.322.209	1.368.336	1.429.123

RECEITAS CORRENTES · RECEITAS DE CAPITAL · RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS · DEDUÇÕES DE RECEITAS · TOTAL

*** As estimativas podem sofrer alterações até a emissão versão final do Projeto de Lei.**

**** Valores em milhares de R$.**

Audiência Pública – LDO 2024

Prefeitura Municipal de Suzano
Sec. Mun. de Plan. e Finanças

Obrigado.